

Patriarcado ou gênero? Tensões contemporâneas e retorno aos clássicos feministas

Gabriela de Souza Rodrigues

Mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

gabrieladesouzarodrigues.94@gmail.com

Pedro Eduardo Silva Ambra

Professor da PUC-SP e da USP e coordenador da Escola Tamuya de Formação Popular

São Paulo, Brasil

pedro.ambra@gmail.com

Resumo

O presente trabalho pretende analisar os tensionamentos existentes entre os conceitos de gênero e patriarcado quando utilizados em análise de fenômenos de violência de gênero. Para isso, primeiramente é apresentado o conceito de patriarcado, na visão de autoras que o utilizam e são a favor de seu uso e outras que defendem sua eliminação. Em um segundo momento, o gênero é analisado em contrapartida ao patriarcado, como oposto e uma alternativa a esse. Entendendo que os conceitos estão conectados aos modos de reprodução capitalista, também são exploradas as articulações entre a estrutura patriarcal e a capitalista. Por fim, é analisado o conceito do sistema de sexo/gênero, de Gayle Rubin, que funciona como uma síntese e espécie de saída para os problemas descritos, ao mesmo tempo em que serve de ponto de partida para outras discussões no campo das opressões de gênero.

Palavras-chave: patriarcado; gênero; feminismo; capitalismo; violência de gênero

Abstract

This paper aims to analyze the tensions between the concepts of gender and patriarchy when they are used to analyze phenomena of gender violence. To this end, the concept of patriarchy is first presented, from the point of view of authors who use it and are in favor of its use, and others who defend its elimination. Secondly, gender is analyzed in contrast to patriarchy, as an opposite and alternative to it. Understanding that the concepts are connected to modes of

capitalist reproduction, the links between the patriarchal and capitalist structures are also explored. Finally, Gayle Rubin's concept of the sex/gender system is analyzed, which works as a synthesis and a kind of way out of the problems described, while at the same time serving as a starting point for other discussions in the field of gender oppression.

Key words: patriarchy; gender; feminism; capitalism; gender violence.

Introdução

Falar sobre gênero ou patriarcado na contemporaneidade parece impor, para aquelas(es) que o fazem, alguns desafios: conceitos que aparecem atrelados a discussões urgentes — sobretudo quando relacionadas a violências e opressões sofridas diariamente por mulheres e todas as pessoas atingidas pela violência de gênero, incluindo homens cis e transgênero —, vulgarizam-se devido à amplitude que os termos alcançaram. Nas redes sociais, as discussões envolvendo tais termos aparecem preponderantemente em tons acalorados, sem a devida profundidade, fazendo com que conceitos como gênero, patriarcado, mulher, e até mesmo feminilidade, sejam confundidos e usados, por vezes, em consonância com próprias opressões que visavam combater. Os recentes ataques dirigidos à população trans a nível global, sobretudo após medidas transexcludentes dos governos dos EUA e do Reino Unido, são apoiados por alguns setores feministas que se baseiam em noções próprias de patriarcado e de feminilidade. Tal problemática não se resume às redes sociais ou à *realpolitik*, mas está presente também nas pesquisas acadêmicas sobre o tema: em uma busca com as palavras-chaves “*violência de gênero*” e “*patriarcado*” na plataforma BVSalud, fora encontrado, ao todo, 23 trabalhos (artigos e dissertações). Desses 23, tivemos acesso a 15, dos quais apenas 5 conceituam o patriarcado e 9 utilizam-no sem ao menos conceituá-lo.

A partir de críticas sobre si e sua própria produção intelectual, Judith Butler (2024), em *Quem tem medo do gênero?*, faz um apanhado, em nível global, sobre o que chama de “fantasma do gênero”, visando entender como o gênero se tornou um gerador de ansiedades, medo e ódio. Importante ressaltar que parte do que a mobilizou para a escrita do texto foram os ataques recebidos em sua passagem ao Brasil em 2017 na qual recebera ameaça de multidões de pessoas com figuras e cartazes com dizeres contra sua pessoa, além de ameaças de agressões físicas e verbais. Não bastasse o evento, o próprio lançamento do referido livro, anos depois, também foi alvo de polêmicas, sobretudo virtuais, no Brasil. Entretanto, dessa

vez, com uma diferença: os ataques, em sua maioria, não vieram de setores cristãos e/ou de direita, como em 2017, mas do próprio campo dito “progressista”, sobre a acusação de que suas formulações eram “identitárias” e que a esquerda não deveria se ater a isso. Devido a sua contracapa com imagens das manifestações de 2017 o livro também fora censurado.

Parte dos conflitos envoltos pelo tal “fantasma do gênero” estão atrelados à chamada “ideologia de gênero”, expressão utilizada por grupos conservadores de direita. Podemos entender o ataque à “ideologia de gênero” como um ataque ao feminismo, à liberdade reprodutiva, à população LGBTQIAP+, além da educação sexual. Para Butler (2024, p. 33), “a alegação de que o gênero é ideológico é sua própria formação ideológica”. Por ser visto como o que chama de um fantasma destrutivo e assustador, o gênero acaba sendo difícil de discutir: “Quer as pessoas sejam a favor do gênero quer sejam contra ele, geralmente deixam de lado a questão sobre o que ele é de fato ou quais significados deve carregar.” (Butler, 2024, p. 33). De acordo com Butler (2024, p. 143), “agir como se feminismo e gênero fossem opostos é aceitar os termos propostos pelas feministas transexcludentes, ou Terfs”. Nesse sentido, para a autora, a tarefa que fica é a de desacelerar a discussão pública e retornar para o que queremos dizer com gênero e por quê:

A categoria “mulher” não diz de antemão quantas pessoas podem participar da realidade que descreve nem limita de antemão as formas que essa realidade pode assumir. Na verdade, o feminismo sempre insistiu: o que é uma mulher é uma questão em aberto, uma premissa que permitiu às mulheres buscarem possibilidades que foram tradicionalmente negadas a seu sexo. [...] o gênero não é simplesmente um atributo ou propriedade individual. Ninguém é dono do próprio gênero. Nascemos em gêneros mediante a atribuição de sexo e as expectativas sociais que a acompanham. Quem aceita esta afirmação como verdadeira aceita a ideia de gênero. (Butler, 2024, p. 152 – grifo nosso).

Butler afirma que é preciso compreender os poderes da fantasia que enredam o pênis, como órgão, para falarmos sobre o desejo da abordagem feminista transexcludente em banir pessoas que tem pênis de banheiros, vestiários ou impor prisões segregadas por sexo. Fantasia essa que, como elaborada por Segato (2003), se esvazia ao pensarmos que o estupro não pode ser compreendido a partir da psicopatologia ou do biologicismo. Nesse quadro, as mulheres mais temidas por ter um pênis, no fim são as pessoas mais desinteressadas em tê-lo (BUTLER, 2024).

Críticas a respeito de noções etnocêntricas do gênero, como as realizadas por Oyěwùmí (2021), pontuam haver uma tendência universalizante dos estudos transculturais ao trabalhar com categorias ocidentais em sociedades não ocidentais. De acordo com a autora, o feminismo quando cai nessas armadilhas acaba trabalhando com as mesmas características imperialistas dos discursos que visa subverter, gerando uma suposição da própria noção de patriarcado como universal.

Quando pensamos em violência de gênero, frequentemente encontramos esse fenômeno atrelado ao conceito de patriarcado, extensamente utilizado em algumas vertentes do campo de estudos feministas e nas ciências sociais. Ao mesmo tempo em que sua utilização ressoa como uma ideia já apreendida pela maior parte dos interessados no tema, também verificamos um uso carregado de disputas teóricas e políticas: de um lado, há quem defenda que o patriarcado é um conceito importante para representar a dinâmica das relações de gênero contemporâneas, fundamental para a análise dos fenômenos de opressão e que, portanto, não devemos deixá-lo cair em desuso. Por outro, existe a defesa da ideia de que o patriarcado, por si só, não consegue legitimar e explicitar as relações que geram violências de gênero, devido ao seu suposto aspecto universalista e essencialista, principalmente quando tratado como equivalente aos modos de produção capitalistas.

Tendo em vista que a permanência de tais problemáticas na opinião pública atrela-se à debates conceituais clássicos, o presente artigo visa retornar a alguns cânones do campo feminista, com vistas à operatividade analítica na contemporaneidade. Inicialmente, buscaremos pensar nas fundamentações e consequências do conceito de patriarcado e na importância da manutenção de seu uso como um tipo específico de relação hierárquica estabelecida entre os gêneros, enfatizando a sua relevância para discussões acerca da violência de gênero. Em seguida adentraremos no conceito de gênero de forma a pensar em suas implicações teóricas e políticas, como converge e diverge do patriarcado e nas implicações de ambos os conceitos em relação ao capitalismo. Por fim, recorreremos ao conceito do *sistema de sexo/gênero*, de Gayle Rubin, que parece-nos funcionar, ainda, como um ponto de saída para os impasses propostos.

O uso do patriarcado: um campo de disputas

O patriarcado é uma palavra que sofreu alterações em seu sentido no final do século XIX com teorias evolucionistas acerca das sociedades e, novamente, ao final do século XX a partir da dita segunda onda do feminismo, passando a designar uma formação social na qual os homens detêm o poder (Delphy, 2009). O termo vem sofrendo diversas controvérsias e parece importante pensar nesses tensionamentos para entendermos sua validade teórica e as consequências dessa disputa para a análise de fenômenos de opressão.

Butler (2020) afirma que ao utilizar o conceito de patriarcado deve haver uma cautela em como esse termo pode tornar-se universalizante e capaz de reduzir expressões de assimetrias do gênero. Para a filósofa, o patriarcado remete à ideia de uma certa inevitabilidade histórica, de um passado imaginado pela existência de um matriarcado (que, inclusive, simplifica a complexidade das relações de poder em sociedades antigas), o que se tornou politicamente problemático dentro da teoria feminista por obrigar o futuro a materializar um ideal de passado e apoiar a reificação do que seria uma espécie de “autêntico feminino” em uma época pré-cultural (Butler, 2020). Esse recurso funciona como um ideal nostálgico, de acordo com Butler, rejeitando a formulação de uma abordagem do gênero de acordo com as demandas contemporâneas.

De acordo com Joan Scott (1990), as teóricas do patriarcado têm pensado sobre a subordinação das mulheres através do que seria uma “necessidade” masculina de dominá-las e, ao mesmo tempo em que para algumas a reprodução era a chave do sistema patriarcal, para outras, a sexualidade era a resposta. Para as(os) historiadoras(es), as teorias sobre o patriarcado também têm apresentado problemas: ao mesmo tempo em que propõem uma análise do sistema de gênero, precisam afirmar a primazia desse sistema na organização social para tecerem suas críticas sobre ele (Scott, 1990), apontando para uma tendência essencialista sobre o patriarcado por pensarem em uma desigualdade de gênero baseada na diferença física e anatômica, fazendo com que a análise tome um caráter fixo e universal, impondo assim uma certa a-historicidade para o próprio gênero (Scott, 1990).

Parte das teóricas defendem a utilização do patriarcado para poder diferenciá-lo de outros sistemas, mostrando que ele não é inerente à criação da humanidade e apontando para a possibilidade de sua subversão, como é o caso de Heleith Saffioti (2015). Também podemos pensar em como, apesar de a crítica de uma ênfase ao corpo biológico ser precisa, o conceito

e a forma de reprodução descrita por essas autoras não parecem, necessariamente, se reduzir à biologia. Um corpo cis ou trans, pais e/ou mães com filhas(os) adotadas(os), também podem sofrer os efeitos da reprodução e da divisão do trabalho patriarcais.

Para Sheila Rowbotham (1979), a palavra patriarcado apresenta problemas em si mesma por remeter a uma forma histórica e universal de opressão relacionada à biologia. De acordo com a autora, o patriarcado se refere ao poder do pai, sugerindo a existência de uma causa única que determinaria a opressão das mulheres. Para Rowbotham (1979), o patriarcado não inclui um horizonte de como as mulheres podem transformar sua situação como sexo, carregando uma submissão fatalista. A autora também argumenta que o problema não é a diferença sexual por si só, mas as desigualdades de gênero, os diferentes tipos de poder que as sociedades deram para as diferenças sexuais e as hierarquias impostas nessas relações, de forma que o movimento contra a hierarquia defendido pelo feminismo vai além da liberdade de um sexo; ele contém a possibilidade de relações igualitárias não apenas entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, mulheres e mulheres e entre adultos e crianças. Aqui já notamos que as críticas da autora se opõem ao que Saffioti (2015) dizia ao defender que o uso do patriarcado também diz dessas outras relações e da forma como as crianças são dominadas, por exemplo. O patriarcado, como os demais fenômenos sociais, também se encontra em permanente transformação:

Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e deixando tetraplégicas, etc. (Saffioti, 2015, p. 48)

Em *'In defence of 'patriarchy'*, Alexander e Taylor (1981), em resposta direta a Rowbotham (1979), afirmam que o problema principal apontado pela autora sobre o patriarcado é que, em sua análise, esse remeteria a um papel biológico que estaria na base da subordinação das mulheres pelos homens. Para evitar tal viés, fora necessário a teoria do gênero, uma nova forma de pensar sobre reprodução e sexualidade. A antropologia estrutural e a psicanálise tiveram aí um papel crucial através da leitura de como a masculinidade e a feminilidade são construídas pelas regras de parentesco que prescrevem padrões sexuais de dominação e de subordinação. Alexander e Taylor (1981) acreditam que Rowbotham (1979)

fora infeliz em sua conceitualização de patriarcado, pois parece excluir de suas formulações esses laços e alianças que estão além do corpo biológico: é a análise das regras de parentesco e do inconsciente, não da biologia, que nos ajuda a entender como a reprodução do desejo heterossexual acontece. O conceito de patriarcado, nesse sentido, aponta para uma estratégia que não elimina os homens, mas transforma as maneiras de como masculinidade e feminilidade são formadas.

Fenômenos como a violência de gênero não são parte intrínseca da organização social e fazem parte de uma fase histórica e específica, de acordo com Saffioti (2002), da ordem patriarcal de gênero. Isso também vale para as categorias de classe e de raça, que se combinam com a de gênero para determinar formas de perpetuação da violência. Nesse sistema, homens também são explorados através de sua força de trabalho e mulheres com seus corpos (apesar de ambos os lados poderem ocupar as duas posições). É importante pensar nesse argumento frente aquilo que Scott (1990) e Haraway (2004) apontam como a falta da conexão explícita, dentro das teorias patriarcais, da desigualdade de gênero com outras desigualdades.

Posições cristalizadas de gênero, que, por exemplo, colocam mulheres como vítimas e homens como agressores, contribui e fortalece as ferramentas de controle patriarcais, que circulam nos micro e macro poderes. Certas normas que regem as categorias sociais ‘mulher’ e ‘homem’, contribuem para a violência contra mulheres, como o ‘endeusamento’ da mãe, por exemplo, ou na mística do feminino, como descrito por Segato (2003). “[...] Cada homem e cada mulher são socializados segundo o código da ordem patriarcal de gênero. É, portanto, esse código sexual, essa gramática sexual que modela as categorias de gênero. Ou melhor, isso é gênero.” (Saffioti, 2002, p. 7 – grifo nosso). Apesar de em termos específicos se referir à ordem do gênero, o patriarcado diz respeito a todo o corpo social: as estruturas patriarcais de poder estão presentes em todas as instituições sociais e nada ocorre fora delas, nem as próprias matrizes subversivas do gênero (Saffioti, 2003).

Segato (2003) ao falar sobre a violência de gênero, especificamente em uma de suas formas, o estupro, busca analisar as dinâmicas psíquicas, sociais e culturais que se encontram por trás da violação e sobre as quais esta é abordada como um enunciado. A estrutura patriarcal e hierárquica do campo simbólico se confunde com o tempo da espécie e se comporta como o cristal mais duro e de maior permanência histórica (Segato, 2003): para

erradicar a violência de gênero, não é possível separá-la dos afetos constitutivos das relações de gênero como as conhecemos.

Carole Pateman, autora utilizada como referência tanto por Segato como Saffioti, descreve o patriarcado também como uma espécie de contrato de mútuo reconhecimento dos direitos entre os homens. Para Pateman (1988), esse contrato, que denomina como *contrato sexual*, é a base do patriarcado moderno. De acordo com a autora, o contrato não se contrapõe ao patriarcado por serem feitos um do outro. O patriarcado, nesse sentido, funciona como uma forma de expressão do poder político.

Pateman mostra como a interpretação patriarcal do patriarcado como direito do pai causou o obscurecimento da relação entre marido e esposa na origem da família. Esquece-se o fato de que antes de serem pais e mães, os homens e as mulheres são maridos e esposas. O conceito de patriarcado, compreendido por meio da história do contrato sexual, permite a verificação da estrutura patriarcal do capitalismo e de toda a sociedade civil. (Saffioti, 2015, p. 136)

Na perspectiva de Pateman (1988), abandonar o uso do termo patriarcado também significa a perda pela teoria política feminista do único conceito que marca a subordinação das mulheres e especifica o direito político conferido aos homens apenas por serem homens. Saffioti (2015) descreve como essa análise de Pateman (1988) sobre o patriarcado revela aspectos que a maioria das(os) teóricas(os) ignoram: a consciência que as mulheres possuem de si mesmas não é fruto da socialização que receberam, mas sim de sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social (Pateman, 1988; Saffioti, 2015). Essas discussões em relação às divergências entre patriarcado, dominação sexual, capitalismo e dominação de classe, de acordo com Pateman (1988, p. 42), acaba sendo reduzida quando “[..] o patriarcado é reduzido à linguagem e a símbolos do poder paterno (ou talvez parental) sobre bebês e crianças.”. Assim, o patriarcado poderia ser utilizado desde que bem preciso e definido conceitualmente.

A partir da análise de Segato (2003) sobre a violência de gênero, entendemos o patriarcado pertencente ao estrato simbólico, como uma estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui valores entre personagens do cenário social. A própria posição do que seria o patriarca é uma posição desse campo simbólico que se transpõe a significantes variáveis de acordo com o curso das interações sociais. Por isso, o patriarcado funciona como

uma norma, como aquilo que produz leis e, também, se autorreproduz através delas. De acordo com Segato, um horizonte possível para parte das desamarras posicionais do patriarcado seria a desfixação do dimorfismo anatômico através da possibilidade de câmbio entre os gêneros. Ou seja, quanto mais ênfase colocamos na mobilidade de gênero, mais próximos estaríamos de um mundo capaz de transcender a pré-história patriarcal (Segato, 2003). Essa saída para o impasse hierárquico instituído pela estrutura que rege as relações de gênero se baseia na possibilidade de circulação entre posições; uma forma de permuta de posições no registro afetivo. Nota-se aqui como a autora utiliza o patriarcado sem reduzi-lo à universalização.

Não por acaso Segato (2003) se debruça a pensar no estupro como essa forma simbólica de violência de gênero: uma violência que passa pelo corpo da vítima e de seu perpetrador e que coloca as performances e normas de gênero em voga ainda que, em algumas cenas, possam existir apenas dois homens cisgêneros ou duas mulheres. Para entrar mais nessas nuances, nos parece necessário pensar no gênero como esse articulador teórico que em alguns casos aparece contraposto ao patriarcado e, em outros, como uma espécie de aliado.

Gênero e patriarcado: convergências ou divergências?

Diferentemente de teóricas que consideram patriarcado um termo insuficiente e ahistórico, Saffioti absorve o conceito de gênero ao mesmo tempo em que insiste na utilidade do patriarcado como categoria de análise das relações sociais, questionando-se sobre sua validade universal e delimitando limites e fronteiras históricas (Motta, 2018). De acordo com a autora, ainda que limitado, há um consenso acerca do conceito de gênero: “[...] o gênero é a construção social do masculino e do feminino.” (Saffioti, 2015, p. 47).

Saffioti também afirma que o gênero, que muitas vezes aparece em oposição ao patriarcado, é aberto e não necessariamente explicita desigualdades entre homens e mulheres por si só. A hierarquia muitas vezes é apenas presumida e, aqui, encontramos um problema teórico: a falta de interlocução adequada entre adeptas do patriarcado e do gênero. Assim, para essa autora, a polissemia existente no conceito de patriarcado – que, para ela, também existe com o gênero –, acaba se constituindo em um argumento contra seu uso. Consideramos que ambos os conceitos são essenciais e, por isso, buscamos explicitar as razões do uso de

patriarcado sem desconsiderar a existência do gênero, que consideramos importante não apenas para pensar na constituição de violências, mas nas formas relacionais entre os sujeitos generificados.

Moschkovich (2018) afirma que, no Brasil, autoras como Saffioti, que fazem a defesa do uso do patriarcado, acabam misturando esse conceito com o de gênero. Saffioti utiliza com frequência a expressão “ordem patriarcal do gênero” como uma forma de deixar explícito que o gênero é um conceito útil se pensarmos que é guiado por algo construído socialmente e historicamente situado. Saffioti (2015) ainda enfatiza a importância desse conceito especificamente no Brasil, visto que está articulado ao desenvolvimento capitalista do país, que se deu através da dominação patriarcal e do racismo. Dessa forma, o patriarcado deve ser pensado a partir das especificidades de nossa formação social, visto que a família patriarcal tem um aspecto importante na história brasileira (Motta, 2018).

O conceito de gênero vem sendo utilizado desde, no mínimo, 1955 por J. Money e J.G. Hampson, que o introduziram dentro do campo médico no atendimento de pessoas trans a partir da noção de *papel de gênero* e, posteriormente, *identidade de gênero*, utilizada por Robert J. Stoller (Porchat, 2007). É através do gênero como categoria de análise ao mesmo tempo psíquica, histórica e social que podemos pensar em determinadas relações que são estabelecidas entre as pessoas, na organização heteronormativa que conhecemos e, assim, nas expressões de violência que são produzidas através delas. Moschkovich (2018), analisando a recepção do conceito de gênero no Brasil, separa as autoras que foram, e ainda são, importantes para a chegada e criação do campo dos estudos de gênero brasileiro em dois grupos: aquelas alinhadas com ideias anglófonas, que se inspiraram em Gayle Rubin, Joan Scott e Judith Butler; e um segundo grupo de autoras ligadas a trabalhos francófonos, possuindo como referência Elisabeth Badinter, Françoise Héritier e Luce Irigaray, no qual se encontra Heleith Saffioti.

De acordo com Moschkovich (2024), o campo de estudos de gênero é uma área ainda recente no Brasil, visto que foi instituída a partir de 1990, passando a denominar o que até então era usado como “feminino” e “feminismo”. A autora distingue os usos da palavra “gênero” em três tipos: o uso descriptivo, o conceitual e o que chama de original. O último, o uso original, como o nome diz, é o que traz novas contribuições e não apenas substitui antigas denominações: nele, o gênero é explorado como um conceito em si mesmo, opõe-se a uma

divisão entre a biologia e o social e questiona características que são tidas como universais. O gênero aqui é marcado como um sistema simbólico, entendendo que a diferença sexual em si mesma não existe, é parte de uma determinação simbólica e cultural. Embora pareça, além de original, o uso mais adequado dentro do que objetivamos com o conceito de gênero e sumariza e complementa aquilo que falta ou há de equívoco nos anteriores, ele não substitui o patriarcado. O uso original do conceito de gênero e do patriarcado, juntos, poderia ser útil para poder pensar nas relações específicas que se dão através do gênero e que são articuladas a outros marcadores, sobretudo de raça e classe, tal qual utilizado por Saffioti, da ordem patriarcal do gênero.

Também pensando sobre o uso dado para o conceito de gênero e sua historicidade, Butler (2024) afirma que, na contemporaneidade, comumente entendemos o gênero como o mesmo que “identidade de gênero” sendo que, de acordo com a autora, esse não é seu único e nem principal uso: “Gênero” [...] é um termo muito mais amplo e nem sempre se refere a uma pessoa em particular, a seu sentido profundo de si ou ao modo como se manifestam certas características legíveis.” (Butler, 2024, p. 192). Nesse sentido, Butler (2024) acredita que há um equívoco na compreensão do gênero como uma construção artificial ou falsificação, distinto da realidade material do corpo. Um modelo de construção conjunta demonstraria como contribuições materiais e sociais estão presentes na produção do corpo generificado.

Scott (1990) sustenta um postulado segundo o qual, apesar de extensa a área do denominado campo de estudos de gênero, ainda existe esse equivocado uso de gênero como sinônimo de mulher, que observamos, por exemplo, na já citada expressão violência de gênero sendo utilizada como violência contra a mulher, estudos de gênero como estudos sobre mulheres, etc. De acordo com Scott (1990), gênero visa a sugerir certa erudição e seriedade, visto que possui uma conotação mais neutra e objetiva do que “mulheres”. Ainda de acordo com Scott (1990), apesar de dizer sobre um domínio da pesquisa histórica, o conceito de gênero não é suficiente para questionar e mudar paradigmas históricos existentes.

Notamos como as autoras que estudam o conceito e suas origens possuem posições similares e ao mesmo tempo divergentes entre si, o que aponta para um campo em constante tensão e que exige, daqueles que o adentram, ferramentas históricas e críticas para suas análises, visto que não existe um consenso sobre suas raízes e desdobramentos. A própria categoria “mulher” é permeada por um importante paradoxo para o campo feminista: como

movimento social por reivindicação de direitos humanos das mulheres, de alguma forma o feminismo necessita afirmar a existência de uma entidade ou categoria social. Entretanto, percebemos como é difícil falar da “mulher”, por sua amplitude de experiências que podem ser representadas através dessa mesma categoria e pela relatividade das construções de gênero, como trabalhado por Oyéwùmí (2021) ao tensionar a discussão com as implicações coloniais do gênero.

Se, por um lado, afirmamos que não existe um determinismo biológico por trás do papel subordinado que é destinado a mulher, por outro também nos apoiamos em uma categoria de mulher para políticas que possam ser capazes de unir mulheres através de nações e grupos étnicos (Segato, 2003). Nesse sentido, Haraway (2004) aponta para a importância de pensarmos nas especificidades históricas e nos limites culturais de uma categoria analítica como o gênero, que muitas vezes são colocados em evidência dentro do campo dos estudos feministas. Pensando na heterossexualidade compulsória como ponto central na opressão das mulheres, para essa autora, a mulher apenas existe como produto de uma relação social, naturalizada como sexo e, dessa forma, o feminismo deveria lutar pelas mulheres como uma classe, ao mesmo tempo que também luta pelo desaparecimento dela.

Butler (2024) descreve como as categorias de gênero não são uma propriedade nem uma posse, mas precedem nossa vida pessoal. As categorias de gênero são mutáveis em relação a sua historicidade e o feminismo deveria basear-se nesse caráter histórico do gênero para reivindicar as formas de definição de mulheres e homens. Se não fosse por isso, teríamos que viver com a ideia de que a categoria “mulher” significa tudo o que ela significou ao longo do tempo para sempre. Como fora afirmado por Scott (1990), “homens” e “mulheres” são categorias ao mesmo tempo vazias e transbordantes, de forma que não possuem nenhum significado último e, ao mesmo tempo, contêm dentro de si suas próprias alternativas.

O gênero proporcionou novas formas de crítica feminista e horizontes de transformação social, como o parentesco e seu próprio binarismo. Para Butler (2024), o gênero foi e ainda é parte integrante do feminismo, inclusive de feministas radicais que agora são rejeitadas por suas representantes contemporâneas (Butler, 2024). De acordo com a autora, defender o uso do gênero em nossa vida cotidiana e no campo político significa questionar o imperativo deixado pelo imperialismo e afirmar o valor da abertura e da aliança. “Se o gênero não levantasse essa questão íntima de quem somos e como nos relacionamos com outras

pessoas, de permeabilidade e sobrevivência, não estaríamos tendo nenhuma dessas discussões, e elas não seriam tão urgentes quanto claramente são.” (Butler, 2024, p. 193).

Apesar de se mostrar crítica ao conceito em outros textos (Butler, 2020), Butler (2024) se refere ao patriarcado com uma diferença importante: todas as vezes em que o menciona, utiliza o patriarcado em sua forma adjetiva para se referir a *sociedade patriarcal* e a *organizações patriarcas*, não ao patriarcado em si mesmo. Ou seja, a autora não descarta o patriarcado, ela o localiza como uma estrutura – e aqui parece se aproximar de Segato (2003). Pensamos que parte das críticas sobre o patriarcado se encontra no que a autora chamou das limitações das distinções entre natureza e cultura.

Os primeiros esforços antropológicos feministas para descobrir se o patriarcado era universal (ou quase universal) deixaram de fora qualquer consideração da formação histórica, da variabilidade dos arranjos de parentesco e suas relações com a economia e com a sociedade, no contexto das potências nacionais, coloniais e imperiais. (Butler, 2024, p. 216).

Até aqui, notamos a existência de uma descrição próxima do que seria a estrutura patriarcal do capitalismo. Isso nos parece relevante para pensarmos nas críticas que envolvem o uso do patriarcado quando esse aparece como equivalente ao capitalismo. Nessa lógica, na qual patriarcado e capitalismo aparecem como uma mesma coisa, os horizontes possíveis de transformação ficam cada vez mais nebulosos: o fim de um depende do outro, e vice-versa.

Capitalismo patriarcal ou patriarcado capitalista?

Um dos argumentos que se repete tanto em autoras a favor do uso do patriarcado quanto naquelas que o criticam envolve as relações entre estrutura patriarcal e capitalista. Entre suas defensoras argumenta-se a necessidade de compreendê-los como dois sistemas separados, mas que funcionam em interação um com o outro (Hartmann, 1979; Saffioti, 2015). Por outro lado, as que se posicionam contra seu uso, defendem que o patriarcado é um termo que apresenta problemas ao ser confundido com o capitalismo, defendendo a importância em separá-los ao afirmar que, se o fim do patriarcado significasse o fim do capitalismo, não haveria relações de opressão de gênero em sociedades socialistas, por exemplo.

Sobre essa analogia existente entre patriarcado e capitalismo, Scott (1990) aponta para duas saídas que comumente são utilizadas: uma solução baseada em sistemas duais, a qual

indica que patriarcado e capitalismo formam dois domínios separados, porém em interação um com o outro; e uma outra baseada em discussões marxistas ortodoxas sobre os modos de produção. Entretanto, em ambas saídas, as origens dos sistemas de gênero encontram-se nos modos de produção, fora, portanto, da divisão sexual do trabalho, – o que Engels conclui em *A Origem da Família e da Propriedade Privada* (1884) (Scott, 1990). Para a autora, é nesse ponto que se encontram as análises da economista Heidi Hartmann, que apontam para a necessidade de considerarmos o patriarcado e o capitalismo como sistemas diferentes que mantém constante interação um com o outro, mas acaba priorizando a causalidade econômica em detrimento do patriarcado, que estaria sempre se desenvolvendo em função dos modos de produção.

Vejamos como tal discussão se dá em Heidi Hartmann (1979). Em seu texto '*The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union*' [*O casamento infeliz entre marxismo e feminismo: rumo a uma união mais progressista*], Heidi Hartmann apresenta um desafio tanto para marxistas quanto para feministas radicais ao pensar na junção dos dois campos no tocante a questão da mulher, argumentando que, para que isso seja possível, é necessário, primeiramente, analisar a combinação do patriarcado com o capitalismo. A autora afirma que o *casamento* entre o marxismo e o feminismo tem acontecido como o casamento entre homens e mulheres heterossexuais: no casamento entre o marxismo e feminismo apenas um dos lados acaba se sobressaindo e, para a autora, esse lado é o marxismo. A ideia de Hartmann parece ter suas bases naquilo que já apontamos e que fora discutido por Pateman (1988), ao afirmar que o contrato é hierárquico e desigual, principalmente para as mulheres, e o contrato de casamento não seria diferente.

Haraway (2004) aponta para o fato de que Hartmann (1979) afirmava que o patriarcado não era simplesmente uma ideologia, mas um sistema material que poderia ser definido como o conjunto de relações sociais entre os homens e que, embora hierárquico, cria certa solidariedade entre seus membros a fim de dominar mulheres – em uma espécie de fraternidade entre eles³¹. Hartmann afirma que se o capitalismo e o patriarcado formam um sistema único, portanto, a luta contra a opressão de classe e de gênero deveria ser unificada.

³¹ A ideia da fraternidade que é construída entre os homens dentro do patriarcado é mais bem explorada na dissertação de mestrado: “RODRIGUES, G.S. *O patriarcado freudiano: história da psicanálise e o cotidiano da violência sexual*”, na qual são analisadas como essas relações aparecem, especificamente, em casos de violência sexual contra mulheres.

A autora argumenta que as categorias do marxismo não possuem uma análise profunda acerca do gênero, e que apenas uma análise feminista revelaria o sistema de relações entre homens e mulheres em relação ao capitalismo. Contudo, as análises feministas também não estavam dando conta do problema por serem insuficientemente materialistas e não se atentarem adequadamente à história. Para a autora, nesse sentido, para que a luta continue operando, precisamos de um casamento “saudável” entre os dois campos, caso contrário, em um trocadilho com a condição das mulheres, seria necessário *pedir o divórcio*. Essa união entre o marxismo e o feminismo requer não apenas o entendimento intelectual das relações entre classe e gênero, mas também das alianças de dominação e subordinação que passam pelas políticas de esquerda.

Ao mesmo tempo em que existem tensões entre os interesses patriarcais e capitalistas, a acumulação de capital se acomoda à estrutura social patriarcal de forma a ajudar a perpetuá-la. De forma similar ao que é elaborado por Saffioti, Hartmann afirma que não existe "capitalismo puro", assim como não existe "patriarcado puro": o que existe é o capitalismo patriarcal. Importante, nesse ponto, retornarmos às elaborações de Saffioti (2015), que entende o patriarcado como um sub-regime que é responsável por regular a reprodução da vida em favor da classe e da dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora (Moschkovich, 2018).

A análise do patriarcado é essencial para entendermos o tipo de socialismo que seria útil também para as mulheres. Precisamos entender como o sexo (que Hartmann define como biológico) se transforma no gênero (entendido como um fenômeno social), pensando no trabalho das mulheres e em seu contexto social, não apenas na reprodução (Hartmann, 1979). A base material do patriarcado está no controle dos homens sobre a força de trabalho das mulheres, no casamento heterossexual monogâmico e no acesso das mulheres à sua própria sexualidade. Os capitalistas se beneficiam do trabalho das mulheres, mas os homens também, que, como maridos e pais, recebem serviços "personalizados" em casa.

Apesar dos argumentos necessários a respeito do uso do patriarcado a partir das críticas que o conceito recebeu, percebemos que uma divergência entre o gênero e o patriarcado parece se formar, tanto do lado de quem está a favor como contra seu uso. É curioso, ao observarmos as críticas de ambos os lados, que parecem utilizar o mesmo argumento, mas em posições diferentes: as que advogam contra o uso do patriarcado, falam

sobre a generalização que é feita de forma errônea sobre o seu uso (principalmente em relação ao capitalismo); e as que argumentam a favor de seu uso, justificam que utilizar o conceito de patriarcado é importante justamente para situar o que vem a ser essa forma de estruturação social para não generalizá-la e diferenciá-la de outras vivências possíveis, visando lutar contra a sua perpetuação. Apesar de serem importantes e contundentes os argumentos e críticas das teóricas que utilizam o conceito do patriarcado, voltamos ao nosso ponto de que também entendemos o gênero como um conceito útil e necessário, inclusive para entendermos o patriarcado. Com isso, defendemos o uso do gênero sem o deslocar do patriarcado e, como a saída para esse dilema, recorremos ao conceito do *sistema de sexo/gênero*, desenvolvido por Gayle Rubin.

O sistema de sexo/gênero: a opressão entre o marxismo, a antropologia e a psicanálise

Buscando identificar as raízes da opressão das mulheres Gayle Rubin afirma que as tentativas de aplicação da teoria marxista para a análise da opressão das mulheres cessam ao tentar explicar o fenômeno por si só. Uma das primeiras críticas da autora começa pelo fato de que, se o sexismo pode ser entendido como produto do capitalismo, então o sexismo desapareceria com o advento de uma revolução socialista bem-sucedida (Rubin, 2017). Para a autora, o marxismo clássico, como uma teoria da vida social, seria despreocupado com a sexualidade: os seres humanos são divididos entre trabalhadores, camponeses ou capitalistas; o fato de também serem homens ou mulheres, não parece ser tão significativo. Para Rubin (2017), explicar a utilidade das mulheres para o capitalismo é um ponto importante, mas é outro ponto diferente dizer que essa utilidade é o que explica a origem da opressão das mulheres.

Em 2003, Rubin afirma que, ao publicar o texto de 1975, havia um paradigma entre o marxismo e o feminismo e que considera que o pensamento feminista possui uma dívida com o marxismo, visto que ele permitiu que pessoas se questionassem sobre temas que o próprio marxismo não respondia sozinho. Um exemplo disso seriam as questões sobre as diferenças de gênero e a opressão das mulheres. Para a autora, ao mesmo tempo em que só seria possível avançar dentro do feminismo a partir de um aporte marxista, também era necessário reconhecer suas limitações sobre o sexo e o gênero (Rubin; Butler, 2003).

Inspirada pelo trabalho de Rubin, Haraway (2004) afirmou que Marx e Engels, ao utilizarem o conceito de propriedade privada como a base da opressão das mulheres no casamento, acabaram colocando a heterossexualidade como um pressuposto natural. Para essa autora, haveria uma limitação na literatura feminista moderna semelhante à incapacidade de Marx e Engels em separarem a divisão sexual do trabalho da heterossexualidade, embora ainda assim sejam fundamentais para a historicização da família. Além disso, Haraway também aponta como que, para além da questão do trabalho assalariado, a divisão generificada do trabalho também inclui o trabalho de cuidados (como de crianças e idosos), doméstico e sexuais (como a prostituição), majoritariamente exercidos por mulheres e que são fatores excluídos por Marx e Engels, dessa forma trazendo não só o gênero, mas a categoria mulher, como centrais para a análise histórica-materialista.

Rubin (2017) afirma como Engels (1884), embora com toda sua relevância, acaba apresentando falhas em relação aos desenvolvimentos antropológicos que foram realizados posteriormente ao texto. Para a autora, a importância e limitação de Engels (1884) está no fato, acompanhado por grande parte da tradição marxista, em deixar de lado a ideia de “aspecto secundário da vida material”. Engels falava sobre as mulheres, o que fazia com que seu trabalho tivesse uma importância nesse campo, sobretudo no tocante à sua ideia da existência de um matriarcado primitivo e à opressão das mulheres tendo como fonte a propriedade privada (Rubin; Butler, 2003). Apesar de sua sugestão nunca ter sido desenvolvida com a precisão necessária, Rubin afirma que Engels indica a existência da área da vida social que a autora denomina como o *sistema de sexo/gênero*. Com isso, aponta para a necessidade em analisarmos os sistemas de parentesco, o que fez com que se dedicasse ao estudo da obra ‘As Estruturas elementares do parentesco’ (1955), de Lévi Strauss.

Um sistema de parentesco, na antropologia, não é definido como uma série de parentes biológicos e sim um sistema de categorias e estatutos que podem contradizer as relações ditas genéticas (Rubin, 2017) e que variam de uma cultura para outra. Lévi-Strauss demonstra como o parentesco impõe uma organização cultural acerca da procriação biológica através da troca de mulheres, que é realizada entre os homens e formaria a base da opressão sexual. Para isso, o autor utiliza principalmente a ideia de dádiva e do tabu do incesto, ideia que Rubin (2017) pontua que, apesar de sedutora – por fornecer compreensões que parecem satisfazer –, também pode ser problemática, pois situa a opressão das mulheres apenas nos

sistemas sociais, ignorando seus corpos sexuados. Apesar de também existir o tráfico de homens, esses são trocados como escravos, trabalhadores sexuais e/ou explorados, por exemplo, mas nunca apenas por serem homens, como ocorre com as mulheres. Nesse ponto, a autora resgata alguns costumes, observados até hoje, que marcam a troca de mulheres. Como exemplo, há a tradição ainda realizada em casamentos ocidentais, de o pai “entregar” a noiva ao noivo, sobretudo em cerimônias heterossexuais, mas que também são perpetuadas entre casais homossexuais.

Outro ponto explicitado pela autora como falho em Lévi-Strauss está naquilo que se refere ao tabu do incesto: se o tabu do incesto é o que funda a cultura, poderíamos dizer que a derrota das mulheres ocorreria de forma concomitante com a origem da cultura. Seguindo essa ideia, as lutas feministas deveriam mirar não só o extermínio dos homens (como a autora já pontuou ser uma análise eugenista e problemática), mas também eliminar a própria cultura e a substituir por outra coisa – sendo que a cultura, por si só, é inventiva. Além disso, Rubin descreve como a noção existente da troca de mulheres em todos os sistemas de parentesco também é questionável, visto que em algumas culturas podemos comprovar a existência desse fenômeno e em outras isso já não aparece.

Apesar de seus problemas, a ideia da troca de mulheres, para a autora, não deve ser descartada, mas entendida como um primeiro passo no processo de construção de conceitos para descrever os sistemas sexuais. Com isso, Rubin passa a delinear o seu conceito de sistema de sexo/gênero, que ela entende como aquilo falta na teoria lévi-straussiana: a necessidade de analisarmos a economia política nesse sistema. A aposta de Rubin é a de que a organização social é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina (Rubin, 2017). O mesmo sistema que nos obriga a suprimir características de nossa personalidade para que sejamos “homens” ou “mulheres” é o que opõe as mulheres e a todos com uma divisão rígida da personalidade.

É a partir da análise das incompletudes de Lévi-Strauss, apesar de seus importantes avanços e contribuições para o campo antropológico, que Rubin recorre à psicanálise, sobretudo aos ensaios psicanalíticos sobre a feminilidade (Rubin; Butler, 2003), e se baseando no fato de que os sistemas de parentesco não descrevem ou explicam a partir de quais mecanismos são inscritas as convenções de sexo e gênero nas crianças. Porém, ao mesmo tempo em que recorre a esse campo, também é crítica a ele: parece que naquilo que falta em

Lévi-Strauss, a psicanálise se excede; a clínica psicanalítica muitas vezes acaba sendo direcionada a uma tentativa de recuperar os indivíduos daquilo que atrapalharia sua “missão biológica”, o que se mostra presente, na própria suposição de Freud de que ambas as crianças, meninos e meninas, estão submetidas a um imperativo biológico que as conduzem para a heterossexualidade (Rubin, 2017).

O sistema de sexo/gênero é desenvolvido por Rubin como uma forma de apontar para o problema da universalização que ocorria nessas tentativas de explicar as origens da opressão sofrida pelas mulheres – crítica, como vimos, das autoras que argumentam contra o uso do patriarcado e também das que são a favor, no sentido de o conceito funcionar como uma tentativa de explicar aquilo que é dado como natural –, podendo ser definido como um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transformou a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Rubin sinaliza que outros nomes são utilizados para representar o sistema de sexo/gênero, sendo os mais comuns: modo de reprodução ou *patriarcado*. Os três conceitos objetivam explicitar a distinção entre sistemas econômicos e sistemas sexuais, indicando autonomia dos últimos frente a forças econômicas. A autora aponta e sumariza parte das críticas acerca das intersecções entre gênero e patriarcado aqui descritas, o que nos é valioso ao pensarmos, sobretudo, no campo de pesquisas acerca da violência e outras formas de opressão de gênero.

Para Hartmann (1979), Rubin nos ajudou a identificar o elemento patriarcal das estruturas sociais que permitem que homens controlem o trabalho das mulheres através do conceito do sistema de sexo/gênero.

Rubin observa que, teoricamente, um sistema de sexo/gênero poderia ser dominante feminino, dominante masculino ou igualitário, mas se recusa a rotular os vários sistemas de sexo/gênero conhecidos ou a periodizar a história de acordo com eles. Optamos por rotular nosso atual sistema de sexo/gênero de patriarcado, porque ele capta adequadamente as noções de hierarquia e dominância masculina que consideramos centrais para o sistema atual. (Hartmann, 1979, p. 12-13 – tradução nossa)

Modo de reprodução foi instituído como oposição ao modo de produção, uma terminologia que relaciona economia à produção, deixando o sistema sexual limitado a reprodução e reduzindo a riqueza do sistema, além do fato de que produções e reproduções ocorrem em ambos os sistemas. Já o patriarcado, para Rubin, tem um uso análogo ao do

capitalismo – semelhante à crítica de autoras já citadas – quando é usado para se referir a todos os modos de produção, enquanto sua utilidade está justamente na possibilidade de distinção entre os diferentes sistemas nos quais as sociedades se organizam, em existir alternativas ao capitalismo. Ou seja, notamos como parece existir para a autora uma crítica ao uso do conceito do patriarcado e não ao conceito em si. Rubin (2017) chega a afirmar que, independentemente do termo utilizado, a importância está em *desenvolver conceitos que de forma adequada descrevam a organização social da sexualidade e a reprodução de convenções de sexo e gênero*. Ou seja, é necessário voltar para o ponto que ficou em aberto por Engels: localizar a subordinação das mulheres em desenvolvimento com os modos de produção.

As disputas e conflitos teóricos entre o uso dos conceitos de gênero e de patriarcado, como apontado ao longo do texto, referem-se não apenas ao uso dos termos, mas se manifestam em discussões políticas, perpassando temas como o próprio objetivo das lutas feministas. Como afirmado por Delphy (2009), seja patriarcado, gênero, sistema de sexo/gênero, relações sociais de sexo ou relações de gênero, nenhum dos conceitos possui uma definição estrita na qual todos estão de acordo. O conceito do sistema de sexo/gênero desenvolvido por Rubin (2017) nos parece um ponto central, como saída e também partida, para o debate frente aos conflitos que foram expostos pois, além de tratar de fenômenos acerca da origem da opressão das mulheres, também aponta para o fato de que pensar nas opressões de gênero não diz apenas da luta contra a opressão das mulheres, mas de todas as outras categorias que também sofrem com a opressão do gênero e que não podem ser separadas das causas feministas. Não basta que falemos sobre o gênero, mas também a sexualidade como um dos temas de perseguição sexual (Rubin; Butler, 2003). Como exemplo, devemos pensar também nos movimentos e causas raciais e LGBTQIAP+, essenciais para a reflexão acerca das diferentes categorias e posições sociais de forma interseccionada.

Considerações finais

As questões discorridas até aqui possuem urgência em serem discutidas em âmbito global, mas, sobretudo, nacional, visto que são pautas que permeiam as micro e macroviolências sofridas por mulheres cis e trans e pessoas LGBTQIAP+, a formação de políticas públicas, os planos de ensino em contexto educacional, dentre outras. As formas de exclusão do “gênero” ou do patriarcado se dão desde as discussões que passam por redes

sociais, como citado no início do texto, até a propostas de lei sobre a retirada de nomes sociais de documentos fundamentais para toda a população.

Parte das teorias do patriarcado, a depender de como forem utilizadas, podem mostrar problemas. A saída para esses impasses não parece ser o abandono dos conceitos mas, eventualmente, ampliá-los para que caibam mais corpos e subjetividades. O mesmo vale para o gênero, fundamental na compreensão das próprias relações no patriarcado. Como afirmado por Butler (2024), precisamos lembrar que é o poder colonial que organiza o gênero; as pautas feministas e de afirmação de lutas queer e trans que devem estar aliadas às de resistência à colonização, contra o racismo e a exploração capitalista.

Não pretendemos aqui esgotar essas discussões e, sim, mostrar apenas parte delas. Espera-se que esse trabalho possa ser útil para a fomentação de outros com esse mesmo viés nas áreas em que se alocam, visto que se nota, mais do que nunca, a importância em nos apropriarmos de forma teórica e metodológica dos conceitos em tempos de difusões, muitas vezes distorcida, desses. Salientamos a importância e atualidade não apenas do sistema de sexo/gênero, mas também o que fora proposto por Rubin (2017a): não basta acrescentarmos o gênero em nossas discussões, mas também que nos debrucemos sobre os perigos das hierarquizações normativas acerca do sexo, relembrando que, assim como o gênero, a sexualidade é política, organizada em torno de sistemas de poder que punem ou recompensam determinadas atividades.

Referências

- ALEXANDER, Sally; TAYLOR, Barbara. In defence of ‘patriarchy’. In: SAMUEL, Raphael. (ed.). *People's history and socialist theory*. Londres: Routledge & K. Paul, 1981.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 19ª edição. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* 1ª ed. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2024.
- DEPLHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- ENGELS, Friedrich. 1884. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, n. 22, 2004, p. 201–246

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. *Capital & Class*, v.2, n.3, 1979, p.1-33.

MOSCHKOVICH, Marília. 2018. *Feminist Gender Wars*: the reception of the concept of Gender in Brazil and the production and circulation of knowledge in a global system. Campinas. 202 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Unicamp.

MOSCHKOVICH, Marília. A tríplice semântica do gênero: tensões e disputas na teoria feminista. *Fólio – Revista de Letras*, v. 15, n. 2, jul./dez. 2024, p. 132-147.

MOTTA, Daniele. Desvendando Heleith Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.22, n.40, jan./jun. 2018, p. 149-160.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento.1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PORCHAT, Patricia. 2007. *Gênero, psicanálise e Judith Butler* – do transexualismo à política. São Paulo. 154 p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

RODRIGUES, Gabriela. 2025. *O patriarcado freudiano*: história da psicanálise e o cotidiano da violência sexual. São Paulo. 223 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

ROWBOTHAM, Sheila. The trouble with 'patriarchy'. In: SAMUEL, Raphael. (ed.). *People's history and socialist theory*. Londres: Routledge & K. Paul, 1979.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de mulheres: Notas sobre a "Economia política" do sexo (1975). In: *Políticas do sexo*: Gayle Rubin. Trad. Jamille Pinheiros Dias. São Paulo: Ubu, 2017.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: Notas para uma Teoria radical da Política da sexualidade (1984). In: *Políticas do sexo*: Gayle Rubin. Trad. Jamille Pinheiros Dias. São Paulo: Ubu, 2017a.

RUBIN, Gayle.; BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003, pp.157-209.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e a violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Editora 34, 2002.

_____. Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas. 2003. In: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (BRASIL). *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional. Diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília: A . Secretaria.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 2^a edição. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v.15, n.2, jul./dez. 1990.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia – Ensayos sobre gênero entre antropología, psicoanálisis y derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.